

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
							POs	ITRs / Manuais				
Auxílio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	Tem por objetivo tornar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e argumentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç e Financeira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.320/1964	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Gerência de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(i) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Alego	(i) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.	
		Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(i) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Alego	(i) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.	
	Tem por objetivo tornar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos beneficiários do controle externo e, de forma específica, para denunciante, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas.	Atendimento a Solicitações	Ouidoria		Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade		Ouidoria	(i) Informações solicitadas.	Solicitante	(i) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a procedimentos e processos de controle externo, condutas, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (ii) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.	
		Apuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024	PO Gerir Manifestações e Pedidos de Acesso à Informação		Ouidoria	(i) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso	
		Apuração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº13/2024				(i) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(i) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso	
		Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo			PO Gerir Observatório de Políticas Públicas	Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas		(i) Política Pública e Indicadores Homologados	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo.	
		Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo.	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 05/2019	PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas	Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas		(i) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas	(i) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.	
		Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Nelson Nascimento			PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Serviço de Fiscalização de Pessoal	(i) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta ou fundacional, nos termos do art. 30 CE/89.	
		Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo.	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 05/2019		Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(i) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios.	
		Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Nelson Nascimento						(i) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(i) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.	
Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Tem por objetivo tornar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e regulamentares. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formação, da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 5/2018 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal	PO Realizar Análise da Prestação de Contas dos Gestores	Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Gerência de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(i) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(i) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.	
		PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade	Gerência de Fiscalização	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
		PO Fiscalizar via Auditoria Financeira	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização de Contas; Serviços de Engenharia; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo.	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
		PO Fiscalizar via Auditoria Operacional	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
		PO Fiscalizar via Inspeção	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
		Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno -TCE-GO; Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 06/2014); • Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão da ética pelos Tribunais de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSAIs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSAIs de Auditoria Operacional;	PO Fiscalizar via Levantamento	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
		PO Fiscalizar via Monitoramento Programado	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
		PO Fiscalizar via Acompanhamento	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
		PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas	Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
		PO Fiscalizar via Acompanhamento	ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo;	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções (ii) Avaliações de gestão e orientações	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos.					

PROCESSOS FINALÍSTICOS (NPF)

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emite(n)s do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
							Continuo	ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento	Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(v) Orientar os gestores e responsáveis sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(v) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (vi) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
			Apoio à Atividade Jurisdicional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual nº 16.168/2007); Lei Estadual nº 15.122/2005; LNDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017 - Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130; NBASP 10; NBASP 140	PO Gerir Processos de Controle Externo	ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo		Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Parâmetros definidos para organização e distribuição de atividades interseoriais no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.	
			Apoio à Atividade Jurisdicional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual nº 16.168/2007); Lei Estadual nº 15.122/2005; LNDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017 - Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130; NBASP 10; NBASP 140	PO Instruir Processo de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Serviço de Qualidade do Controle Externo	(f) Instrução Técnica; (g) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(f) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional. (g) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.	
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo		Constituição Estadual; Constituição Federal; Decreto de Execução Orç. e Financeira; Lei de Diretrizes Orçamentárias	PO Realizar Análise de Demonstros da LRF		Gerência de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(h) Alertas e determinações acerca do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal	Administração Pública Estadual	(h) Assegurar o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.	
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo		Resolução Normativa nº 01/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 13/2023; Lei nº 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar Itens decisórios	ITR Catalogar Itens Decisórios	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.	
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo		Manual de Análise de Recursos do TCE - GO (Resolução nº 06/2021)	PO Analisar Recursos		Serviço de Análise de Recursos	(j) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(j) Garantir eficiência e efetividade à instrução recursal, no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.	
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo									
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição Estadual; Lei Estadual nº 16.168/2007 - Resolução nº 22/2008.	PO Realizar Análise da Tomada de Contas Especial			(k) Respostas quanto à reparação de danos ao erário; (l) Contas julgadas	Servidores da Administração Pública	(k) Julgar as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário. (l) Reparação de dano ao erário.	
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo						(m) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.	Consultores	(m) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.	
			Avaliação de Programas	Secretaria de Controle Externo						(n) Avaliações de programas de governo. (o) Avaliações de funções de governo. (p) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública; Programas de Governo	(n) Contribuir para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (o) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (p) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.	
Controle com intervenção a Terceiros		Tem por objetivo tornar disponíveis à Procuradoria Geral do Estado (PGE), ao Ministério Público Estadual, à Polícia Civil e outros órgãos de controle, informações para que possam defender, determinar, sancionar e julgar atos da administração pública no âmbito das respectivas esferas de atuação	Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Terceiros.	Secretaria de Controle Externo						(q) Informação sobre indícios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE; Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil; Magistrados.	(q) Subsidiar a responsabilização de infratores. (r) Subsidiar a elaboração da lista de infratores. (s) Subsidiar a atuação dos respectivos órgãos. (t) Subsidiar a apuração de irregularidades.	
			Organização de Cobrança Executiva	Secretaria Geral							(r) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(r) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.
			Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em julho		Diretoria Jurídica		(s) Informações para defesa do Estado de Goiás em julho.	PGE	(s) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (t) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instituição.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de Referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados			
Gestão de Pessoas		Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissões competentes, motivadas e comprometidas com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida.	Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa		Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 001/2014)				(f) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.		
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa		Manual de Funções	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores PO Gerir Estágio e Menor Aprendiz	Manual de Funções de Terceirizados	Gerência de Gestão de Pessoas Gerência de Gestão de Pessoas	(f) Sistemática de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.		
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno das Escolas)	PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca PO Gerir Multiplicadores e Instrutores Internos	Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento		(f) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas. (f) Instrutores Internos formados. (f) Demandas de Capacitação ministradas por Instrutores Internos	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(f) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Jurisdicionados e Controladores Sociais. (f) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.		
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno das Escolas)	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Adelson Nascimento		(f) Planos e Programas gerenciados	Membros, Servidores, Terceirizados, Estagiários, Jurisdicionados e Sociedade	(f) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição. (f) Prestação de contas da Educação Profissional em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas.		
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa		Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 02/2019; Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 19/2022; Portaria nº 990/2023, PPA – Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.317/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE-GO	Gerência de Gestão de Pessoas	(f) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Alinhar níveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal. (f) Desenvolver competências gerais e profissionais.		
			Rotinas de Pessoal	Secretaria Administrativa			PO Executar Folha de Pagamento PO Gerir Atos de Pessoal		Gerência de Gestão de Pessoas Gerência de Gestão de Pessoas	(f) Sistema gerenciais de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoal. (f) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.		
			Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida	Secretaria Administrativa		PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais	PO Realizar Atendimento Clínico		Gerência de Gestão de Pessoas e Serviço de Bem-estar					
							PO Gerir Condições Inseguras e Acidentes de Trabalho	Manual de Práticas Seguras do TCE-GO Manual da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes	Gerência de Administração Gerência de Administração	(f) Ambiente de trabalho seguro e saudável (f) Práticas relativas à qualidade de vida das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Criar e manter um ambiente que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual e institucional. (f) Promover o bem-estar, a satisfação e a motivação das pessoas, colaborando inclusive para a melhoria da qualidade de vida das pessoas fora do ambiente organizacional.		
							PO Responder Situações de Emergência	Manual de Abandono de Área do TCE-GO	Gerência de Administração					
						Resolução Administrativa nº 5/2024 (Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás)	PO Realizar Pesquisa de Clima Organizacional		Gerência de Gestão de Pessoas	(f) Pesquisa de Clima Organizacional realizada (f) Plano de Ação Monitorado	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Diagnosticar e monitorar a percepção global dos servidores no tocante ao ambiente de trabalho, influenciando o comportamento profissional e, consequentemente, o desempenho da instituição.		
Logística e Sustentabilidade		Tem por objetivo operacionalizar, aperfeiçoar e racionalizar a gestão e o atendimento às necessidades de bens e serviços para o bom funcionamento do TCE-GO.	Gestão de Licitações e Contratos	Secretaria Administrativa		Lei Estadual n.º 17.928/12; Lei Nacional n.º 14.133/21; Lei Complementar n.º 123/06; Decreto Estadual n.º 8.800/21; Portaria n.º 229/2023 - GPRES; Portaria n.º 315/2024 - GPRES; Lei n.º 16.044/07; Instrução Normativa n.º 67/2021; Instrução Normativa Federal nº 73/2023 Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Estadual nº 10.112/23; Decreto Estadual nº 10.136/22; Decreto Estadual nº 10.247/23; Código de Ética do TCE-GO; NBR ISO 37001:2017	PO Gerir Aquisições	Gerência de Administração						
							PO Gerir Compra de Pequeno Valor	Gerência de Administração			(f) Padrões procedimentais para a formalização e o acompanhamento de termos contratuais (contratos, convênios, ajustes, acordos, aditivos e afins).	Tribunal	(f) Coordenar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com a formalização de termos contratuais, bem como assegurar que os contratos sejam geridos eficazmente.	
							PO Gerir Licitações na Modalidade Pregão	Gerência de Administração						
							PO Gerir Contratações	Manual para Entrega de Materiais	Gerência de Administração					
							PO Gerir Pagamentos	Manual para Emissão de Notas Fiscais	Gerência de Administração					
			Gestão de Infraestrutura	Secretaria Administrativa		Manual de Conservação Predial (Resolução Administrativa 21/2022)	PO Gerir Manutenção Predial	Gerência de Administração e Serviço de Infraestrutura Predial	(f) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(f) Garantir a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.			
			Gestão Orçamentária e Fiscal	Secretaria Administrativa		Resolução Administrativa nº 02/2014 Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa TCE nº 04/2017; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Patrimônio PO Gerir Relatório de Gestão Fiscal	Gerência de Administração e Serviço de Material e Patrimônio Gerência de Contabilidade, Orçamento e Finanças	(f) Sistemática de gestão orçamentária e fiscal.	Tribunal	(f) Garantir a gestão orçamentária e fiscal necessária às atividades organizacionais.			
			Sustentabilidade	Secretaria Administrativa		Plano de Gestão de Resíduos	PO Gerir Aspectos e Impactos, Riscos e Controles Ambientais PO Gerir Identificação e Avaliação dos Requisitos Legais Aplicáveis e Outros PO Gerir Resíduos	Secretaria Administrativa Secretaria Administrativa Gerência de Administração	(f) Atendimento de requisitos legais. (f) Adoção de boas práticas ligadas à sustentabilidade.	Tribunal, Sociedade	(f) Garantir o atendimento a requisitos legais e a adoção de boas práticas relacionadas à sustentabilidade.			
			Gestão de Serviços e de Bens de Consumo	Secretaria Administrativa			PO Gerir Estoque PO Fornecer Transporte PO Gerir Manutenção Veicular	Manual dos Condutores de Veículos do TCE-GO Gerência de Administração e Serviço de Logística Gerência de Administração e Serviço de Logística	(f) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(f) Assegurar a qualidade do produto ou serviço adquirido, bem como sua guarda e distribuição.			
			Gestão de Laboratórios de Engenharia	Secretaria de Controle Externo		NR-12 Lei Orgânica do TCE/GO (LOTCE); Lei Estadual nº 16.168, de 10/12/2007; Regimento Interno do TCE/GO (RITCE); Resolução nº 002/2018	PO Gerir Laboratório de Topografia PO Gerir o Laboratório de Análises de Solo e Misturas Asfálticas	Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(f) Laudos técnicos de engenharia.	Tribunal	(f) Subsidiar auditorias, análises técnicas e a tomada de decisão em processos de controle externo.			
Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016	PO Gerir Atendimento de Suporte de TI PO Gerir Desenvolvimento de Software Terceirizado PO Gerir Backup PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software PO Gerir manutenção terceirizada de Software PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação	Serviço de Suporte Técnico de TI Serviço de Sistemas de Informação Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI Serviço de Sistemas de Informação Serviço de Sistemas de Informação Diretoria de Tecnologia da Informação	(f) Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	(f) Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.						

PROCESSOS DE SUPORTE (NPS)

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO


INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
			Segurança da Informação			Resolução Normativa nº 11/2022	PO Gerir Vulnerabilidades	Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI		() Dados e informações trafegados e armazenados com garantia de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.		() Instituir diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que trafegam na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações.
							Plano de Continuidade de TI / Manual de Restauração de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação				
					Resolução nº 10/2017	PO Gerir Ativos de Tecnologia da Informação	Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação				





CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO					
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados			
Governança, Planejamento e Gestão		Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	Gestão dos Processos de Trabalho	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●	Manual do SGI	PO Gerir Processo de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO) Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) Processos de Trabalho geridos; (ii) Cadeia de Valor; (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO; (ii) Aprimoramento e manutenção da Cadeia de Valor; (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.			
			Gestão das Auditorias do SGI	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		PO Gerir Auditorias do SGI	ITR Gerir Auditorias do SGI	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) SGI auditado.	Tribunal; Sociedade	(i) Sistema de gestão Integrado (SGI) do TCE-GO auditado; (ii) Identificação e definição de melhorias do SGI; (iii) SGI certificado.			
			Gestão de Indicadores Estratégicos	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		PO Gerir Indicadores Estratégicos		Serviço de Gestão da Estratégia	(i) Indicadores estratégicos geridos.	Tribunal	(i) Geração de evidências para suporte em tomada de decisão gerencial; (ii) Gestão da estratégia baseadas em resultados.			
			Gestão da Accountability Institucional	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		PO Gerir Accountability do SGI		Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	(i) Boletim de Governança e Gestão (BGG); (ii) Relatórios de atividades da DI-Plan.	Tribunal; Sociedade	(i) Prestação de contas em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas; (ii) Consolidação e disseminação das atividades de coordenação do SGI.			
			Gestão da Inteligência Organizacional	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		PO Gerir Inteligência Organizacional		Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	(i) Relatórios de Inteligência Organizacional (RIO); (ii) Relatórios de Transição de Gestão (RTG).	Tribunal	(i) Produzir e disseminar conhecimento gerencial no âmbito do TCE-GO, com foco no estímulo à tomada de decisão com base em evidências.			
			Gestão da Melhoria Contínua	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		PO Gerir Melhoria Contínua	ITR Gestão de Iniciativas no SGP	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) Melhorias implementadas.	Tribunal; Sociedade	(i) Implementação de melhorias institucionais; (ii) Estímulo à melhoria contínua do TCE-GO; (iii) Quantificação do alinhamento dos objetivos estratégicos do TCE-GO.			
			Gestão das Partes Interessadas	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		PO Gerir Partes Interessadas		Serviço de Gestão da Estratégia	(i) Situações-problema tratadas.	Tribunal; Parte Interessada	(i) Identificação e tratamento de situações-problema a partir de expectativas e necessidades de partes interessadas.			
			Gestão de Riscos	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		Resolução Normativa nº 08/2020	PO Gerir Riscos		Serviço de Gestão da Estratégia	(i) Riscos geridos e controlados.	Tribunal; Sociedade	(i) Gestão dos riscos institucionais, com foco na maximização de oportunidades e redução de incertezas.		
			Gestão da Estratégia	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		Resolução Administrativa nº 05/2016	PO Gerir Plano Estratégico PO Gerir Plano de Fiscalização PO Gerir PDTI		Serviço de Gestão da Estratégia Secretaria de Controle Externo Diretoria de Tecnologia da Informação	(i) Objetivos estratégicos alcançados; (ii) Plano de Fiscalização gerenciado; (iii) Implementação de sistemas suportados com uso de tecnologia da informação.	Tribunal; Sociedade; Jurisdicionados.	(i) Gestão dos Planos Estratégico, Tático e Operacional do TCE-GO, por meio de ciclos bianuais de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição.		
			Gestão da Estrutura Organizacional	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●		Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Produzir Conteúdo de Comunicação	ITR Orientações para a Produção de Conteúdo de Comunicação		(i) Organização; (ii) Atividades-chave.	Tribunal	(i) Sistemática de alocação de competências e realização de operações.		
			Gestão da Comunicação Organizacional	Diretoria de Comunicação	●	Resolução Administrativa nº 19/2024	PO Gerir Atendimento à Imprensa		Diretoria de Comunicação	(i) Conteúdo de comunicação produzido e disseminado.	Tribunal; Sociedade	(i) Comunicação organizacional interna e externa.			
			Controle Interno	Diretoria de Controle Interno	●	Resolução Administrativa nº 10/2019	PO Analisar Conformidade Processual PO Emitir Parecer sobre Relatório de Gestão Fiscal PO Emitir Parecer sobre o Relatório Anual de Contas		Diretoria de Controle Interno	(i) controle interno dos atos da administração	Tribunal	(i) Exercer a terceira linha de defesa no âmbito do TCE-GO.			
			Gestão de Processos Administrativo ou Judiciais	Diretoria Jurídica	●	Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Analisar Processos Administrativos PO Analisar Processos Judiciais		Diretoria Jurídica	(i) Processos Administrativos com Parecer ou Despacho da Diretoria Jurídica; (ii) Peças Processuais protocoladas em processo eletrônico judicial	Poder Judiciário; Tribunal.	(i) Emissão de pareceres, despachos ou peças processuais (por exemplo: petição inicial, agravo, contestação, informações, etc.) em conformidade com os procedimentos estabelecidos.			
			Gestão de Integridade	Corregedoria Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão	●	Resolução Administrativa nº 13/2024 Código de ética (Resolução Administrativa nº 01/2014)	PO Gerir Denúncias e Manifestações enviadas à Corregedoria		Corregedoria	(i) sistemática de gestão da integridade organizacional.	Tribunal	(i) Garantir elevados padrões de conduta e comportamento ético, pautados em valores incorporados e compartilhados por todos em suas atividades no TCE-GO.			
			Gestão Documental e Arquivística	Secretaria Geral	●	Lei nº 16.188/2007; Resolução nº 22/2008 - RTCE-GO; Resolução Normativa nº 001/2008; Resolução Normativa nº 008/2009; Resolução Normativa nº 003/2011; Resolução Normativa nº 13/2012; Resolução Normativa nº 005/2017; Resolução Normativa nº 16/2024; Resolução nº 6/2021; Resolução Administrativa nº 18/2023; Portaria nº 245/2023 - GPREIS; Portaria GPGMPC nº 010/2023; Lei Estadual nº 13.890/2001	PO Gerir Auhção de Processos e Cadastro de Documentos PO Gerir Arquivamento de Processo Eletrônico		Serviço de Protocolo e Remessas Postais Secretaria Geral Serviço de Arquivamento	(i) Processos autuados e documentos cadastrados (i) Processos arquivados	Tribunal	(i) Gestão e operacionalização das atividades de protocolo e de remessas postais e eletrônicas de documentos, processos e correspondências do Tribunal. (i) Padronização das atividades que envolvem o arquivamento de processos eletrônicos no âmbito do TCE-GO.			
							Manual de Padronização e Especificação Documental		Secretaria Geral	(i) sistemática de gestão da ética organizacional.	Tribunal	(i) Garantir padronização e simplificação, com aplicação dos preceitos da redeção oficial; (ii) Racionalização, segurança, autenticidade e identidade institucional; (iii) Atendimento às regras de distribuição, arquivamento, recuperação e descarte, conforme aplicável.			
			Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo		Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.	Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	●	Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 10/2023 NBASEP-130	PO Gerir Matrizes de Seletividade		Secretaria de Controle Externo	(i) Ranking(s) de priorização das ações de controle externo; (ii) Relatório de 03 Gerações (Gestão de priorização das ações de controle externo).	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.
									Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP); Resolução Normativa nº 16/2024; Resolução Normativa nº 10/2017; Resolução Normativa nº 001/2008; Plano de Controle Externo;	PO Produzir Relatório de Inteligência	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Relatórios de Inteligência.			
									Resolução Normativa nº 10/2017; Resolução Normativa nº 001/2008; Plano de Controle Externo;	PO Produzir Conhecimento Estratégico	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Conhecimento Estratégico produzido			
									Lei nº 16.188/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 10/2023; Resolução Administrativa nº 19/2022;	PO Propor Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Fiscalização			
						PO Gerir normativas afetos à Secretaria de Controle Externo		Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Resolução; (ii) Exposição de motivos						
						PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Propostas de Inovação geridas por meio do banco de Propostas.						
							Manual de Gestão de Informações Estratégicas		Serviço de Informações Estratégicas	(i) Produção de conhecimento estratégico que apoia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.					
Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo	●				Resolução Administrativa nº 013/2023	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGI	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGI	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Relatório de acompanhamento dos projetos.	Tribunal	(i) Relatório de Garantia de Qualidade (ii) Melhoria contínua dos trabalhos de Fiscalização	(i) Garantir o aperfeiçoamento do controle e asseguarção da qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.		
							PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade do Controle Externo						
							PO Realizar Sessão Virtual	Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Ciclo de Garantia da Qualidade	Tribunal	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.			
Suporte à Função Judicante	Secretaria Geral	●		PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO		Gerência de Registro e Jurisprudência e Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas (Consolidação); (ii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência) Normativa	Tribunal	(i) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência; (ii) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.						
				PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas		Secretaria Geral	(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.								
				PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO		Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa	(i) Catálogo de Normativas Consolidado (ii) Acervo Normativo do TCE-GO								
			Lei nº 16.188/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2001;	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro	Gerência de Registro e Jurisprudência e Serviço de Registro	(i) Registro de Atos de Pessoal.	Tribunal							

PROCESSOS DE GESTÃO (NPG)

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria Geral		Lei nº. 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos	Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Atos publicados no DOE/DEC. (ii) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho). (iii) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (iv) Sobrestamento de Processos.	Tribunal	(f) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.	
					Resolução n.º 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas	Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Publicação no DEC.	Tribunal			
					Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DPREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás	Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	(f) Publicação no DOE.	Tribunal			

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75